

MANDADO DE SEGURANÇA 30.656 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
IMPTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO
TRABALHO DA 11ª REGIÃO
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Trata-se de mandado de segurança coletivo, com pedido de medida liminar, impetrado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 11ª Região – AMATRA XI contra o ato do Conselho Nacional de Justiça – CNJ proferido nos autos do Processo de Controle Administrativo 8091-60.2010.2.00.0000.

A entidade impetrante noticia que a Lei 11.987/2009 ampliou o número de desembargadores no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região de 8 para 14.

Narra que a citada lei não estabeleceu desde logo que uma das seis novas vagas seria destinada ao “quinto constitucional”. Diante do pedido do Procurador-Chefe do MPT de que a vaga fosse atribuída ao MP, e não à advocacia, a AMATRA XI requereu ao TRT da 11ª Região que o preenchimento de uma dessas vagas ficasse sobrestado até uma solução judicial sobre a matéria.

O pleito foi acolhido, tendo aquela Corte editado a Resolução 207/2010, com o seguinte teor:

“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 207/2010

Dispõe sobre o pleito formulado pelo Procurador-Chefe da PRT 11ª Região, quanto a preenchimento da vaga destinada ao quinto constitucional criada pela Lei n. 11.987/2009.

O Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª. Região, em sessão extraordinária hoje realizada, (...), no uso de suas atribuições legais e regimentais, analisando o pedido formulado

MS 30656 / DF

pelo Exmo. Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento, Procurador-Chefe da PRT – 11ª. Região, bem como as ponderações apresentadas Exmo. Dr. Adilson Maciel Dantas, pelo Presidente da AMATRA XI e, CONSIDERANDO as informações constantes dos autos do processo TRT nº MA 376/2010 e RESOLVE, por maioria de votos, com a divergência das Exmas. Desembargadoras Solange Maria Santiago Moraes e Valdenyra Farias Thomé, SOBRESTAR o preenchimento de uma vaga de desembargador deste Tribunal, criada pela Lei n. 11.987/2009, até que haja pronunciamento judicial sobre a quem deve ser destinada, se ao 5º Constitucional ou à magistratura de carreira, em ação a ser movida pela ANAMATRA ou até que seja preenchida a quinta vaga prevista na referida lei”.

Inconformada, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT propôs Procedimento de Controle Administrativo no CNJ, que deliberou por cassar a Resolução 207/2010 do TRT da 11ª Região, em decisão assim ementada:

“PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - TRT DA 11ª REGIÃO - DÚVIDA NÃO RAZOÁVEL QUANTO À DESTINAÇÃO DE VAGA AO QUINTO CONSTITUCIONAL - JURISPRUDÊNCIA ASSENTE NO STF E CNJ.

1. A jurisprudência firme e hodierna do STF está assente no sentido de que, havendo fração quando da divisão do número de vagas dos tribunais destinadas ao quinto constitucional da Advocacia e do Ministério Público, o arredondamento opera-se para o número superior inteiro, e não para menos, sob pena de se dar subrepresentação das classes.

2. No caso do TRT da 11ª Região, que teve sua composição aumentada de 8 para 14 magistrados, não cabem dúvidas quanto ao fato de que a fração de 2,8, em relação ao total de vagas de magistrados daquela Corte, destinada ao quinto, reverbera em 3 vagas para a representação quintista do Ministério Público e da OAB, razão pela qual, estando duas já preenchidas, cabe a imediata iniciação do procedimento para preenchimento de uma vaga para o quinto constitucional, cabendo ao Requerido observar, ainda, a alternância e

MS 30656 / DF

sucessividade no momento de definir a qual dos egressos compete a vaga.

3. Nessa esteira, a Resolução 207/10 do TRT da 11ª Região, por meio da qual sobrestou o preenchimento de vaga do Tribunal, por dúvida quanto à destinação (se para juiz de carreira ou para o quinto constitucional) padece de fundamentação legal válida, devendo ser revogada, a fim de se dar continuidade ao procedimento administrativo de preenchimento, não só da vaga do quinto, mas de todas as vagas criadas pela Lei 11.987/09, na medida em que a mens legis supôs a necessidade de incremento da prestação jurisdicional para aumentar o número de magistrados componentes da Corte e, por conseguinte, dar melhor vazão à prestação jurisdicional. O provimento de tais cargos não constitui um fim em si mesmo, como quer fazer parecer a conduta furtiva do Requerido, escolhendo quando e como os preencherá. O destinatário final do aumento do número de magistrados previsto pela lei é o jurisdicionado, de forma que o procedimento deve ser concluído pelo TRT, a fim de cumprir o desiderato legal de atendimento daquele que necessita da tutela jurisdicional.

Procedimento de controle administrativo julgado procedente”.

É contra esse *decisum* que se volta esta impetração, para que

“(a) seja para a fim de restaurar a decisão do eg. TRT da 11ª Região, dada a nulidade do PCA em razão da não intimação da AMATRA XI para participar da relação processual, (b) seja para o fim de reformar a decisão do CNJ e reconhecer que vaga por ele atribuída ao ‘quinto constitucional’ deve ser destinada à ‘magistratura de carreira’”.

A entidade impetrante alega que deveria ter integrado a relação processual no CNJ, como estabelece o próprio regimento interno daquele órgão, no art. 94, *verbis*:

“Art. 94. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos,

MS 30656 / DF

no prazo de quinze (15) dias.

§ 1º O Relator poderá determinar as formas e os meios de notificação pessoal dos eventuais interessados.

§ 2º A notificação será feita por edital quando dirigida a eventuais interessados não identificados, desconhecidos ou com domicílio não informado nos autos”.

Aduz, nessa linha:

“A falta de intimação da AMATRA XI configura a hipótese de violação do devido processo legal e do contraditório, uma vez que um determinado ato administrativo, que conferia direitos a alguém, veio a ser cassado em processo no qual essa alguém não participou”.

Sustenta, além disso, que deve ser adotado ao caso o entendimento acolhido pelo Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1950 e 1994: excluir-se a fração excedente, ainda que superior à metade, para o cômputo do quinto constitucional.

Argumenta, ademais, que a jurisprudência firmada pelo STF após 1994 – no sentido de que qualquer fração deve ser arredondada para cima, na composição do quinto constitucional – deve ser objeto de revisão, até porque houve alteração radical na composição dos membros da Suprema Corte.

Requer, ainda, provimento liminar para suspender o ato coator. E no mérito,

“estando demonstrado o direito líquido e certo (a) seja de a AMATRA XI participar no PCA, (b) seja de atribuir-se todas as seis vagas criadas pela Lei nº 11.987/09, à magistratura de carreira --- porque a fração de 0,8 decorrente da divisão de 14 por 5 (2,8) não comporta a interpretação de que seria possível considerá-la como um número inteiro de vaga para atribuí-la ao ‘quinto’ -- requer a impetrante que esse eg. STF conceda a ordem de segurança (a) quer

MS 30656 / DF

para anular o PCA no qual foi proferido o ato coator sem a participação da AMATRA XI, (b) quer para, desde logo, determinar a anulação da decisão proferida no referido PCA e fixar que as 6 vagas criadas no TRT da 11ª. Região pela Lei nº 11.987/09 devem ser preenchidas por juízes da carreira”.

Em 7/6/2011, solicitei informações à autoridade apontada como coatora, que foram prestadas por meio da Petição 36.574/2011.

A Advocacia-Geral da União ingressou no feito e requereu a denegação da segurança.

A Procuradoria-Geral da República também opinou pela denegação da segurança, em parecer assim ementado:

“Mandado de segurança. Pretensão de anular decisão do CNJ que determinou o preenchimento por membro do Ministério Público do Trabalho da vaga para o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Inexistência de nulidade por não ter o CNJ intimado a AMATRA XI para integrar a relação processual. Legalidade da decisão atacada. Critério a ser utilizado no cálculo das vagas destinadas ao quinto constitucional. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Parecer pela denegação da segurança”.

É o relatório necessário.

Decido.

Bem examinados os autos, entendo que a pretensão não merece acolhida.

Dispõe o art. 103-B, § 4º, da Constituição:

“§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres

MS 30656 / DF

funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União”.

Com base nessa competência constitucional e por provocação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, o CNJ instaurou Procedimento de Controle Administrativo a fim de verificar a legalidade da Resolução 207/2010 do TRT da 11ª Região, que sobrestou o preenchimento de vaga criada pela Lei 11.087/2009 por questionar se seria pertencente à magistratura ou ao quinto constitucional.

O processo foi julgado procedente, entendendo aquele órgão pela ilegalidade do sobrestamento, uma vez que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que, qualquer que seja a fração, deve ela ser arredondada para cima na composição do quinto constitucional.

A associação impetrante sustenta, inicialmente, que não foi intimada para participar do processo, como impõe o art. 94 do Regimento Interno do CNJ, que assim dispõe:

“Art. 94. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos, no prazo de quinze (15) dias”.

Ora, a alegação não pode prosperar. É que o **interessado**, no sentido ali esposado, é quem sofrerá **diretamente** os efeitos de eventual decisão, situação em que não se enquadra a impetrante, pois a decisão tomada pelo CNJ não lhe causa qualquer gravame jurídico.

MS 30656 / DF

Da mesma forma não afeta diretamente os advogados, membros do Ministério Público ou magistrados não associados à AMATRA, embora se discuta a quem pertence uma das vagas criadas pela Lei 11.087/2009, se à magistratura ou ao quinto constitucional.

Nesse sentido, este Tribunal, por ocasião do julgamento do MS 27.154/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, assentou que o interesse jurídico legítimo, para que seja obrigado a participar do processo no CNJ, há de ser direto, conforme se observa da ementa a seguir transcrita:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. NOTIFICAÇÃO DE PESSOAS DIRETAMENTE INTERESSADAS NO DESFECHO DA CONTROVÉRSIA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NECESSIDADE. Sempre que antevista a existência razoável de interessado na manutenção do ato atacado, com **legítimo interesse jurídico direto**, o CNJ está obrigado a dar-lhe ciência do procedimento de controle administrativo. Identificado o legítimo interesse de terceiro, o acesso ao contraditório e à ampla defesa independem de conjecturas acerca da efetividade deste para produzir a defesa do ato atacado. Segurança concedida, para anular o acórdão atacado e para que o CNJ possa notificar os impetrantes acerca da existência do PCA e de seu direito de serem ouvidos” (grifei).*

Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à impetrante.

A jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, há mais de dezesseis anos, é no sentido de que, na composição do quinto constitucional, a fração obtida, seja menor ou maior que a metade, deve ser arredondada para cima, conforme se verifica dos seguintes julgados:

“CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. ATO COMPLEXO. C.F., ART. 94, PARÁGRAFO ÚNICO. LEI 1.533/51, ART. 18.

MS 30656 / DF

CONSTITUCIONAL. TRIBUNAL: COMPOSIÇÃO: QUINTO CONSTITUCIONAL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL: SOBRA. NÚMERO TOTAL DA COMPOSIÇÃO QUE NÃO É MÚLTIPLO DE CINCO. ARREDONDAMENTO. C.F., ART. 94, ART. 107, I. I. - DECADÊNCIA DO DIREITO A IMPETRAÇÃO: INOCORRÊNCIA, TENDO EM VISTA QUE O ATO DE NOMEAÇÃO DE JUIZ DO TRF É ATO COMPLEXO, QUE SOMENTE SE COMPLETA COM O DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE, ACOLHENDO A LISTA TRÍPLICE, NOMEIA O MAGISTRADO. A PARTIR DAÍ É QUE COMEÇA A CORRER O PRAZO DO ART. 18 DA LEI 1.533/51. II. - UM QUINTO DA COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS SERÁ DE JUIZES ORIUNDOS DA ADVOCACIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ESTA É UMA NORMA CONSTITUCIONAL EXPRESSA, QUE HÁ DE PREVALECER SOBRE A NORMA IMPLÍCITA, QUE DECORRE DA NORMA EXPRESSA, NO SENTIDO DE QUE, SE UM QUINTO É DOS ADVOGADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, QUATRO QUINTOS SERÃO DOS JUIZES DE CARREIRA. OBSERVADA A REGRA DE HERMENÊUTICA - A NORMA EXPRESSA PREVALECE SOBRE A NORMA IMPLÍCITA - FORÇA E CONVIR QUE, SE O NÚMERO TOTAL DA COMPOSIÇÃO FOR MÚLTIPLO DE CINCO, ARREDONDA-SE A FRAÇÃO - SUPERIOR OU INFERIOR A MEIO - PARA CIMA, OBTENDO-SE, ENTÃO, O NÚMERO INTEIRO SEGUINTE. E QUE, SE ASSIM NÃO FOR FEITO, O TRIBUNAL NÃO TERÁ NA SUA COMPOSIÇÃO, UM QUINTO DOS JUIZES ORIUNDOS DA ADVOCACIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, COM DESCUMPRIMENTO DA NORMA CONSTITUCIONAL (C.F., ART. 94 E ART. 107, I). III. - PRELIMINARES REJEITADAS. MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO” (MS 22.323/SP, Rel. Min. Carlos Velloso).

“Tribunal de Justiça. Se o número total de sua composição não for divisível por cinco, arredonda-se a fração restante (seja superior ou inferior à metade) para o número inteiro seguinte, a fim de alcançar-se

MS 30656 / DF

a quantidade de vagas destinadas ao quinto constitucional destinado ao provimento por advogados e membros do Ministério Público” (AO 493/PA, Rel. Min. Octavio Gallotti).

Ademais, não prospera a argumentação de que a composição da Corte hoje é diversa, o que permitiria a mudança de entendimento. Foi o que se decidiu no julgamento do RE 214.665-AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, que porta a seguinte ementa:

*“CONSTITUCIONAL. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. ART. 8º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTE DO PLENÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. A decisão do Plenário confirmou a orientação deste Tribunal fixada em julgamentos anteriores. A **integração de novos Ministros a este Supremo Tribunal não é causa de submissão das matérias a novos julgamentos**” (grifos meus).*

Ressalto, por fim, que a competência do Relator para julgamento monocrático do mandado de segurança foi afirmada por esta Corte com o advento da Emenda Regimental 28/2009, que deu ao art. 205 do RISTF a seguinte redação:

“Recebidas as informações ou transcorrido o respectivo prazo, sem o seu oferecimento, o Relator, após vista ao Procurador-Geral, pedirá dia para julgamento, ou, quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal, julgará o pedido”.

Nessa linha, a jurisprudência firmou-se no sentido de que se mostra autorizada a denegação da ordem, de plano, quando não verificada a existência de qualquer vício no ato impugnado que possa caracterizar ofensa a direito líquido e certo do impetrante, conforme se observa do julgamento do MS 27.236-AgR/DF, de minha relatoria, assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE

MS 30656 / DF

SEGURANÇA. ATO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO FORMULADO POR PROCURADOR-REGIONAL DA REPÚBLICA PARA PARTICIPAR EM CONCURSO DE REMOÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGA DESTINADA A PROCURADOR DA REPÚBLICA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ E CERTEZA NO DIREITO PLEITEADO. SEGURANÇA DENEGADA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

I – Não verificada, no caso, a existência de qualquer vício no ato impugnado que pudesse caracterizar ofensa a direito líquido e certo do impetrante, mostra-se lícita a denegação da ordem de plano.

II – Ademais, a comprovação de outros argumentos, sobretudo concernentes às peculiaridades da carreira daqueles que ingressaram no Ministério Público Federal, antes da Carta de 1988, ou à situação pessoal do impetrante, exigiriam dilação probatória, inexecutável nos angustos lindes deste remédio constitucional.

III- Nos termos do art. 205 do Regimento Interno do STF, pode o Relator julgar monocraticamente pedido que veicule pretensão incompatível com a jurisprudência consolidada desta Corte, ou seja, manifestamente inadmissível.

IV – Agravo regimental improvido” (grifei).

Por todas essas razões, denego a segurança (art. 205 do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI

Relator